

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 897.900 RIO GRANDE DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. ROBERTO BARROSO</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MARCIA MALLMANN LIPPERT E OUTRO(A/S)</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: CARLA ROSANE SCHRODER FEIJO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: YURI DELLANI COELHO E OUTRO(A/S)</b>

**EMENTA:** DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. TV A CABO. COBRANÇA DE PONTO ADICIONAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. SÚMULAS 279 E 454/STF. ALEGADA OFENSA AO ART 97 DA CONSTITUIÇÃO, BEM COMO À SÚMULA VINCULANTE 10. INEXISTÊNCIA.

1. As alegadas ofensas à Constituição não foram apreciadas pelo acórdão impugnado. Tampouco foram suscitadas nos embargos de declaração opostos para sanar eventual omissão. Portanto, o recurso extraordinário carece do necessário prequestionamento (Súmula 282/STF).

2. Para dissentir da conclusão do Colegiado de origem, fazem-se necessários a análise da legislação infraconstitucional pertinente e uma nova apreciação dos fatos e do material probatório constantes dos autos, bem como análise das cláusulas do contrato firmado entre as partes demandantes. Nessas condições, a hipótese atrai a incidência das Súmulas 279 e 454/STF. Precedentes.

3. Não há que se falar de ofensa ao art. 97 da Constituição ou à Súmula Vinculante 10, tendo em vista que o Tribunal de origem apenas realizou interpretação sistemática com o intuito de alcançar o verdadeiro sentido da norma, sem que houvesse qualquer declaração de sua incompatibilidade com a Constituição Federal. Precedentes.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

**ARE 897900 AGR / RS**

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

**MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - RELATOR**

**29/09/2015**

**PRIMEIRA TURMA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 897.900 RIO  
GRANDE DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. ROBERTO BARROSO</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MARCIA MALLMANN LIPPERT E OUTRO(A/S)</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: CARLA ROSANE SCHRODER FEIJO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: YURI DELLANI COELHO E OUTRO(A/S)</b>

### RELATÓRIO

**O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):**

1. Trata-se de agravo regimental cujo objeto é decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário com agravo sob o fundamento de a decisão agravada está correta, uma vez que o recurso extraordinário não preenche os requisitos necessários para a sua admissibilidade.

2. A parte recorrente reitera os argumentos trazidos na petição de recurso extraordinário.

3. É o relatório.

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 897.900 RIO  
GRANDE DO SUL

V O T O

**O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):**

1. O recurso não deve ser provido, tendo em vista que a parte recorrente não trouxe novos argumentos suficientes para modificar a decisão ora agravada.

2. O recurso extraordinário foi interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

“RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. TELEVISÃO POR ASSINATURA. NET. COBRANÇA DE PONTO ADICIONAL. ILEGALIDADE. RESOLUÇÃO 528/ANATEL, DE 17.04.2009. RESTITUIÇÃO DOS VALORES INDEVIDAMENTE COBRADOS, NA FORMA SIMPLES. DEVER DA DEMANDADA DE MANTER OS PONTOS ADICIONAIS, SEM CUSTOS. CONTRAPEDIDO IMPROCEDENTE. PRECEDENTES DAS TURMAS RECURSAIS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSOS DESPROVIDOS.”

3. O recurso busca fundamento no art. 102, III, *a*, da Constituição Federal. A parte recorrente alega violação aos arts. 5º, II, LIV; 21, XI; 37, XIX; 97 e 170, todos da Constituição, bem como à Súmula Vinculante 10.

4. A decisão agravada negou seguimento ao recurso sob os seguintes fundamentos: **(i)** “*enunciado de súmula de Tribunal não está compreendido na expressão dispositivo desta Constituição*”; **(ii)** “*eventual afronta, acaso existente, seria apenas reflexa, e não direta ao texto da Carta Política*”; **(iii)** “*os dispositivos legais invocados não foram ventilados pelo Órgão Julgador*”.

**ARE 897900 AGR / RS**

5. O recurso extraordinário é inadmissível, tendo em vista que as alegadas ofensas à Constituição não foram apreciadas pelo acórdão impugnado. Tampouco foram suscitadas nos embargos de declaração opostos para sanar eventual omissão. Portanto, o recurso extraordinário carece de prequestionamento (Súmula 282/STF).

6. Para dissentir da conclusão do Colegiado de origem, fazem-se necessários a análise da legislação infraconstitucional pertinente e uma nova apreciação dos fatos e do material probatório constantes dos autos, bem como análise das cláusulas do contrato firmado entre as partes demandantes. Nessas condições, a hipótese atrai a incidência das Súmulas 279 e 454/STF.

7. Nessa linha, vejam-se o ARE 694.542, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; o ARE 649.879, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> Cármen Lúcia; e o ARE 705.177-AgR, julgado sob a relatoria do Ministro Dias Toffoli, assim ementado:

**“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Prequestionamento. Ausência. TV por assinatura. Ponto adicional. Cobrança. Reexame de cláusulas contratuais e de fatos e provas. Ofensa reflexa. Precedentes.**

1. Não se admite o recurso extraordinário quando os dispositivos constitucionais que nele se alega violados não estão devidamente prequestionados. Incidência das Súmulas nºs 282 e 356/STF.

2. Inadmissível, em recurso extraordinário, o reexame de cláusulas contratuais, dos fatos e das provas dos autos e da legislação infraconstitucional. Incidência das Súmulas nºs 454, 279 e 636/STF.

3. Agravo regimental não provido.”

8. Não há que se falar de ofensa ao art. 97 da Constituição ou à Súmula Vinculante 10, tendo em vista que o Tribunal de origem apenas realizou interpretação sistemática com o intuito de alcançar o verdadeiro sentido da norma, sem que houvesse qualquer declaração de sua incompatibilidade com a Constituição Federal. Nesse sentido, vejam-se os seguintes precedentes: ARE 728.705, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> Rosa Weber, ARE 736.219,

**ARE 897900 AGR / RS**

Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> Cármen Lúcia, ARE 725.801-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, e ARE 682.475, Rel. Min. Luiz Fux.

9. Diante do exposto, nego provimento ao agravo regimental.



**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 897.900**

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

**RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO**

AGTE.(S) : NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A

ADV.(A/S) : MARCIA MALLMANN LIPPERT E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : CARLA ROSANE SCHRODER FEIJO

ADV.(A/S) : YURI DELLANI COELHO E OUTRO(A/S)

**Decisão:** A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 29.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma